

## A METODOLOGIA DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA

Eraldo Souza do **CARMO**<sup>1</sup>  
Campus Universitário do Marajó/UFPA  
**eraldo@ufpa.br**

Maria Sueli Correa dos **PRAZERES**<sup>2</sup>  
Campus Universitário do Tocantins/Cametá/UFPA  
**suleicorrea@ufpa.br**

**Resumo:** *Este artigo analisa as contribuições da Casa Familiar Rural, a partir da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento das comunidades do campo no município de Cametá. Especificamente, analisou a participação dos egressos e dos demais sujeitos nos processos formativos, em articulação com o desenvolvimento das comunidades e os debates teóricos e práticos sobre a experiência nas comunidades. Com base na abordagem qualitativa, utilizando-se da entrevista Semi-Estruturada com jovens, pais, monitores, docentes, coordenação pedagógica, egressos e representantes dos movimentos sociais, além da análise dos documentos que dão suporte legal à experiência, cadernos dos alunos, relatórios das atividades dos alunos, dos monitores e da coordenação pedagógica. Constatou-se que a experiência é significativa para os sujeitos do campo, uma vez que tem aliado educação e suas práticas de trabalho, o desenvolvimento das unidades produtivas à introdução de técnicas ligadas à agricultura familiar e ao fortalecimento da comunidade na luta pela legitimação dos direitos sociais.*

**Palavras-chave:** *Educação do Campo. Pedagogia da Alternância. Desenvolvimento de Comunidades.*

<sup>1</sup> Pedagogo. Prof. da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Marajó – Pará – Mestre em Planejamento e Desenvolvimento. Realizando Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Ciência da Educação/UFPA. Membro do **Grupo de Estudos em Gestão e Financiamento da Educação (GEFIN)**.

<sup>2</sup> Pedagoga. Prof<sup>ª</sup>. da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Mestre em Educação. Realizando Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina – GEPECART.

**Abstract:** *This paper analyzes the contributions of the Rural Family House from the Pedagogy of Alternation for the development of communities in the municipality of Cametá field. Specifically examined the participation of graduates and other subjects in the formative processes in conjunction with the development of communities and the repercussions on the theoretical and practical experience in the community. Based on the qualitative approach, using the Semi-Structured interviews with youth, parents, monitors, teachers, coordinating education, graduates and representatives of social movements, beyond the analysis of documents that give legal support to the experience, students' notebooks, reports the activities of students, teachers and pedagogical coordination. It was found that the experience is meaningful for the subjects of the field since it has combined education and work practices, development of production units with the introduction of techniques related to family farming and community empowerment in the struggle for legitimation of social rights.*

**Keywords:** *Field Education. Pedagogy of Alternation. Community Development.*

### **Introdução**

A educação, ao longo dos anos, sempre esteve presente nas retóricas dos governos e tem embasado discursos ideológicos que a colocam como instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. Entretanto, essa perspectiva tem permanecido no plano das orientações, pois as insuficiências da educação ofertada para as populações do campo são latentes. São desafios enormes, desde as questões estruturais, baixos indicadores, aliado ao reconhecimento como uma modalidade de educação, com suas especificidades, embora este retrato venha gradativamente se alterando ao longo dos anos.

No entanto, desde o final da década de 1970, vem se fortalecendo no campo do Brasil inúmeras iniciativas oriundas dos diversos movimentos sociais que discutem a educação, em primeiro lugar, como direito, e depois como dever do Estado. Pois compreendem que a educação deve ser universalizada de forma que possa atender a todas as populações com suas diferentes especificidades.

Nesta perspectiva, diversas entidades sociais, entre elas Organizações Não Governamentais (ONGs), associações, sindicatos rurais, assentamentos, as experiências dos Centros Familiares por Alternância (CEFFAS), os quais incluem as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) e as

Casas Familiares Rurais (CFR), dentre outras, que desenvolvem diversas experiências educativas, seja fundamentada na concepção freireana, seja apoiada na proposta da Pedagogia da Alternância, têm procurado alternativas de educação aos sujeitos do campo.

Portanto, a pesquisa analisa, em particular, a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá, que tem como suporte metodológico a Pedagogia da Alternância. Especificamente analisou a participação dos egressos e dos demais sujeitos nos processos formativos, em articulação com o desenvolvimento das comunidades, e quais os rebatimentos teóricos e práticos sobre a experiência, como suporte para a metodologia da investigação Educação do Campo, a fim de possibilitar o desenvolvimento das comunidades.

Nesse sentido, a pesquisa problematizou: quais as contribuições dos egressos da CFR de Cametá para o desenvolvimento das comunidades onde vivem? Assim, constituíram-se questões norteadoras da investigação: Que fatores levaram os movimentos sociais de Cametá a adotarem a CFR como proposta educativa para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais? Qual a importância da CFR de Cametá para as comunidades rurais? Os jovens egressos estão incentivando outras práticas econômicas para o desenvolvimento das comunidades?

A fim de responder aos objetivos e às questões norteadoras, a trilha metodológica da pesquisa seguiu em direção à abordagem qualitativa, por considerar suas contribuições, na forma de conceber e analisar o objeto da investigação. De acordo com Minayo *et al* (1994, p. 21),

*[...] a pesquisa qualitativa trabalha com significados, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um aspecto mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.*

Sobre esta lógica, foi possível apreender as características do objeto e assim refletir sobre a CFR de Cametá e seus processos formativos, a fim de induzir o desenvolvimento das comunidades do campo. Neste sentido, no âmbito da pesquisa qualitativa, a investigação configurou-se em um Estudo de Caso, uma vez que suas características se enquadram melhor com a temática em estudo. De acordo com André (1995), essa pesquisa busca entender um caso particular, levando em conta seu contexto, sua

complexidade, assim como sua totalidade, pois almeja descobrir novas hipóteses teóricas, relações e conceitos sobre um determinado fenômeno, quando se quer retratar o dinamismo de uma situação de uma forma muito próxima do seu conhecer local.

Também a Pesquisa Bibliográfica nos auxiliou no aprofundamento teórico da pesquisa por meio de leituras, resenhas e sistematizações de indicações bibliográficas relacionadas à problemática estudada. Já a análise documental foi fundamental para identificar, a partir dos relatórios das atividades dos alunos, dos professores e dos coordenadores pedagógicos, informações que não foi possível captar nas entrevistas e na literatura. Segundo Lüdke e André (1986), constitui-se em um rico instrumento de pesquisa, pois fundamenta afirmações de outros autores que podem ser utilizados.

Por fim, adotamos a entrevista semi-estruturada. A seleção dos sujeitos para esta fase da pesquisa levou em consideração aqueles que possuíam mais informações sobre as ações desenvolvidas pela CFR de Cametá desde a sua inauguração. Assim, selecionamos dez ex-alunos, por serem os principais sujeitos da pesquisa, e dez pais de alunos, além das lideranças sindicais, professores e coordenação pedagógica. Estes sujeitos são considerados importantes por terem participado da construção do processo pedagógico e do gerenciamento do projeto, pois conhecem os avanços e os desafios da proposta metodológica, assim como a administração da casa. Para a análise dos dados recorreremos à técnica indicada por Bardin (1977) denominada de análise de conteúdo.

### **1 A pedagogia da alternância e do desenvolvimento local**

A Pedagogia da Alternância tem origem na França, em 1935, e tem como característica principal alternar tempo-escola e tempo-comunidade. De acordo com Queiroz (2002), a Pedagogia da Alternância tem sido uma das muitas maneiras que os povos do campo têm encontrado para construir uma verdadeira educação do campo, e faz parte de um conjunto maior de movimentos e organizações que historicamente têm lutado contra a concentração da terra, do poder e do saber nos centros urbanos.

Esta proposta educativa veio ao encontro dos interesses e anseios dos trabalhadores rurais, que vinham reivindicando, há bastante tempo,

uma proposta educacional que atendesse aos interesses do homem do campo, à qual se pudesse aliar trabalho e educação. Em Cametá, a discussão acerca de uma educação alternativa para os sujeitos do campo surge na década de 1990, com a iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônia de Pescadores Z-16 e associações ligadas ao campo. Em 2001, tivemos a implantação da Primeira Casa Familiar Rural (CFR) em Cametá<sup>3</sup>, a qual se apresentava como alternativa para as insuficiências educacionais dos sujeitos do campo. Mais tarde, propôs a implementação de uma educação que realmente contemplasse a realidade e o modo de vida do cidadão cametaense do campo.

Desta forma, a Pedagogia da Alternância está em plena sintonia com as concepções teóricas a respeito da Educação do Campo, que, no contexto amazônico, é singular em função da dinâmica geográfica e das peculiaridades econômicas das comunidades. Portanto, a replicação dos conhecimentos nas unidades produtivas familiares pelos egressos concretiza a materialização do projeto da CFR, que era o de promover e induzir o desenvolvimento local. Dessa forma, este processo se apresentava de duas formas: a primeira, inovadora, que requeria a necessidade de uma compreensão dos aspectos metodológicos pelos egressos, assentada na proposta de formação. A outra se assentava no desafio da CFR de favorecer um processo formativo em que estivessem aliadas educação e práticas de trabalho dos jovens e de suas famílias.

Essa lógica de pensar a educação para os sujeitos do campo rompe com a própria concepção de Estado, uma vez que a dualidade no processo formativo dos sujeitos tem sido a tônica dessa história, ou seja, trabalho e educação têm sido tratados de forma apartada. Isso porque, como nos coloca Calazans (1993), as classes dominantes brasileiras sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora. Essa perspectiva, de acordo com a autora, reflete na própria forma da oferta da educação no meio rural, que chegou de forma tardia e descontínua. Essa visão ideológica tem excluído as populações do campo dos seus direitos básicos de acesso à informação e ao conhecimento.

---

<sup>3</sup> Cametá pertence à Região Tocantina que compreende os Municípios de Baião, Oeiras do Pará, Mocajuba, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru. Conforme o último Censo (IBGE, 2007), corresponde a uma população de 110.323 habitantes, 43,5% residindo na área urbana e 56,5% no meio rural.

Sobre a ideologia que serve para afirmar certas ideias ou pensamentos de uma determinada classe social, Marx e Engels (1998, p. XXII) compreendem que ela pode refletir uma consciência falsa, equivocada da realidade, mas que é necessária aos homens para as suas atividades sociais. Desta forma, afirmam que

*Sob o prisma da ideologia é que a história dos homens se desenvolve como realização da ideia absoluta, da consciência crítica dos conceitos de liberdade e justiça e assim por diante. Ora, tais ideias não possuem existência própria, mas derivada do substrato material da história.*

Portanto, é sobre esta concepção ideológica de conceber a história dos homens, dos processos educativos e da realidade que os sujeitos sociais vivem e buscam modificar que esta análise se fundamenta. É sobre esta perspectiva que estamos incorporando as discussões sobre a educação do campo, pois é a partir dessa ótica que podemos afirmar a educação do campo como um paradigma, e as experiências da CFR, a metodologia da pedagogia da alternância, são fundamentais para mostrar à sociedade que é possível constituir outras práticas pedagógicas formativas no campo. Dessa forma, é importante refletir a lógica do desenvolvimento, seja ou não como concepções teóricas, e as perspectivas das comunidades.

Para Abramovay (2005), uma política de desenvolvimento rural deveria associar valores ativos aos jovens – sendo uma das mais importantes, a educação de qualidade, em ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores, que façam do meio rural, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Assim, discutir desenvolvimento local perpassa por considerar a capacidade educacional das populações, a fim de que se avalie a capacidade para intervirem na realidade de forma coerente. Ou seja, de acordo com o autor, a educação é condição inerente ao desenvolvimento, no entanto deve estar aliada a uma ação transformadora.

Buarque (1999) ressalta que o desenvolvimento local é um processo endógeno, existente em pequenas unidades territoriais, e aglomerados humanos, capazes de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida. Apesar de construir um movimento de caráter interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual deve interagir e da qual recebe pressões

e influências. Sobre esta perspectiva é possível inferir que as práticas pedagógicas da CFR de Cametá estão em sintonia, uma vez que têm como preocupação central que os jovens reproduzam em suas propriedades o que aprenderam.

No entanto, Costa (2005) aponta o desafio de um novo modelo de desenvolvimento em base agrária para a Amazônia que se caracterize por promover equidade e por apresentar maior esperança de sustentabilidade. O autor parte do princípio de que o desenvolvimento local deverá ser transversal, contando com a responsabilidade de todos os atores sociais do meio, como pescadores, trabalhadores rurais, comerciantes, responsáveis políticos locais, comunidades e demais organizações que de forma horizontal busquem as soluções necessárias para a qualidade de vida da população.

Bourdin (2001, p. 29) destaca a ação local como uma “[...] resposta que privilegia a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades”. A escala é, assim, reduzida, e a diversidade é alta, constituindo, em muitas situações, a diversidade em si uma força produtiva, uma qualidade econômica, uma capacidade dos sistemas produtivos aí desenvolvidos. Não há inovação aqui sem compartilhamento difuso do saber a ela associado. Além do mais, dificilmente se dá consistência às formas concretas desse projeto sem algum tipo de associativismo.

A formação de capital humano e social é consequência quase mecânica, direta, do seu fortalecimento. Assim como a elevação da equidade social, uma vez baseada em acesso desconcentrado dos meios de produção, seu fortalecimento é, de modo direto, distribuição de renda (BOURDIN, *Op. Cit.*). Dessa forma, o desenvolvimento local se torna um desafio necessário, mesmo considerando que não existe uma definição universalmente aceita. De acordo com Calvo (1999, p. 138), é preciso compreender que “[...] o processo de desenvolvimento econômico aplicado a um território uniforme – cuja extensão é geralmente menor do que uma região –, dirigida por diferentes agentes locais que cooperam entre eles”, são características do desenvolvimento local.

Para Bourdin (*Op. Cit.*, p. 42-43), “[...] o local é um lugar privilegiado de manifestações [...]; as estruturas antropológicas são principalmente um conjunto de representações e de códigos transmitidos

pela prática, [...]” Nesta perspectiva, o desenvolvimento local torna-se um processo não só econômico, mas também humano, uma vez que prima pela liberdade, pela democracia, pela realização das pessoas etc. Calvó (Op. Cit.) enfatiza três importantes elementos para o desenvolvimento local:

*1) [...] refere-se a um determinado território, em oposição ao global e tem um caráter mais prático do que teórico; tem uma proximidade maior com as pessoas e parte das bases, ou seja, dos beneficiários; 2) Deve facilitar oportunidades para compreender, principalmente aos jovens que são os atores do futuro; 3) Deve ser completo e integral, não pode estar isolado das realidades mais gerais, sejam elas regionais, nacionais ou internacionais, e deve estar inserido numa realidade global (p. 143-144).*

Como se percebe, o desenvolvimento local deve potencializar a vocação econômica de um espaço geográfico, seguindo a lógica do micro para o macro, considerando a valorização do capital social e humano dos sujeitos pertencentes ao espaço geográfico em disputa. É nesta lógica que a Pedagogia da Alternância se insere como uma metodologia inovadora, que vem buscando tornar a educação um instrumento de transformação social para as comunidades do campo, a fim de apresentar outras perspectivas de vida para os jovens camponeses.

Calvó (Op. Cit., p. 137-138) destaca que o CEFFA, por um lado, “permitirá que o jovem adquira as competências necessárias no exercício da sua profissão para desenvolver seu projeto”, e, por outro, que o “espírito empreendedor deverá ser exercido num contexto determinado em seu próprio meio, fazendo do jovem um verdadeiro sujeito e autor do desenvolvimento local”.

A partir desses princípios e olhar de vários autores, podemos compreender os motivos que levaram o STR de Cameté e a Colônia dos Pescadores Z-16 a priorizarem a CFR como modelo educativo para seus filhos. Para estes sujeitos, a proposta propicia, por meio de sua metodologia, uma relação teórica e prática, em uma perspectiva de a educação ser condição fundamental para o desenvolvimento, assim como é também um processo indutivo de organização social e reflexão crítica do meio.

Nesta perspectiva, em que se busca discutir a educação relacionada ao mundo do trabalho dos jovens e seus familiares, o desenvolvimento local torna-se um processo não somente econômico, mas principalmente humano. Fundamenta-se em uma prática discursiva em que busca discutir a vocação econômica das comunidades. Dessa forma, as ações educativas são em função de qualificar os jovens para aquisição de técnicas agrícolas, a fim melhorarem a produção de suas propriedades.

## **2 Sobre a ótica dos sujeitos, as conclusões apontam os rebatimentos práticos da pedagogia da alternância no desenvolvimento das comunidades**

Para verificar como a CFR de Cametá, a partir dos seus processos formativos, com base na Pedagogia da Alternância, tem contribuído para o desenvolvimento das comunidades do campo, foi necessário aprofundar as análises sobre os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos do município, o que nos permitiu uma compreensão mais aguçada da luta política e social que os trabalhadores e trabalhadoras vêm travando para atender às suas reivindicações junto aos governos municipal, estadual e federal.

Podemos perceber que os trabalhadores rurais e pescadores do município de Cametá são uma das principais referências dos movimentos sociais do campo da região tocantina, e vêm contribuindo significativamente para a formulação e proposição das políticas públicas. A população estudada demonstra um bom nível de compreensão sobre as suas possibilidades e o seu papel diante do Estado. De acordo com a análise que realizamos sobre a perspectiva de vários estudiosos que discutem a Pedagogia da Alternância, podemos inferir que ela viabiliza mais que um processo de escolarização.

Ela concebe a formação dos sujeitos a partir de sua realidade, em uma relação permanente entre família e escola; utiliza a propriedade para realizar as experiências teóricas; consegue proporcionar aos jovens o vínculo com a terra e despertar seu interesse pelo trabalho da agricultura e por outras funções inerentes ao campo, além de ser um instrumento significativo na formulação de um plano de desenvolvimento local.

A Pedagogia da Alternância parte de uma perspectiva da sustentabilidade social, política, cultural e ambiental, e busca trabalhar no processo formativo dos jovens estes princípios. Nos documentos analisados, da CFR de Cametá, tais como Plano Pedagógico e Plano de Estudo dos jovens, podemos observar a preocupação com a sustentabilidade das comunidades. Esse modelo educativo, priorizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá e pela Colônia dos Pescadores Z-16, na visão de pais e egressos, além de possibilitar a educação e o trabalho, proporciona novos valores para os jovens, como: a importância da participação na organização das comunidades, a mudança no comportamento familiar e o planejamento e o respeito com o meio ambiente.

Para os sujeitos contemplados com a proposta educativa da CFR, ela se diferencia da escola formal porque valoriza os conhecimentos que eles possuem, viabiliza o diálogo entre os jovens e a sua família. De forma sintética, enfatizaram que é uma escola para educar os filhos dos trabalhadores rurais. Podemos perceber isso durante várias entrevistas com a maioria de pais e alunos: falavam com emoção e um sentimento de pertença da CFR. Destacaram que é um projeto para atender às necessidades dos filhos dos trabalhadores, e que está oferecendo uma formação que proporciona aos jovens aprofundarem os conhecimentos técnicos com a agricultura.

A CFR de Cametá tem um significado simbólico para os agricultores e pescadores artesanais por ser o resultado de uma intensa luta. Ela não surgiu do acaso, mas foi sim a concretização de um projeto educacional do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Colônia dos Pescadores Z-16, que sempre idealizaram uma escola que pudesse ser também a casa de moradia dos jovens, uma vez que, pela falta de educação nas suas comunidades, ficavam sem poder educar seus filhos: os que podiam mandar para a cidade, iam para casa de parentes ou conhecido, o que sempre era um transtorno para os pais, pois perdiam o controle da educação do lar, além de muitos abandonarem a escola, envolverem-se com drogas, violência; as meninas engravidavam. Com os filhos nessa escola, estes problemas não parecem ser preocupação para os pais, já que confiam extremamente nos administradores da escola/casa.

Mas demonstram preocupação quando falam dos filhos que estudam nas escolas formais do Estado.

Neste sentido, podemos compreender a importância que a CFR de Cametá representa para as comunidades do campo cametaense. Os pais veem na casa um lugar seguro para seus filhos estudarem, além de verem a proposta educacional sobre uma nova perspectiva, uma vez que os conteúdos trabalhados na formação são “o conteúdo” da vida cotidiana de cada trabalhador e trabalhadora rural, o que se apresentou como uma novidade e causou certo espanto sobre essa forma de educar da casa, como declarou um pai de aluno, durante a entrevista: “[...] eu pensava que era um estudo diferente, [...] eu pensei que não era estudo e trabalho [...] quando acaba foi como aprender a trabalhar com os pais [...], na agricultura, [...] a formação que ele está aplicando até então é no nosso serviço [...]”.

Essa compreensão nos permite perceber que o significado da CFR para este pai é o mesmo para os demais sujeitos das comunidades. Mas isso ocorre por conta dos processos metodológicos, que são socializados com os seus familiares e com a comunidade. O que é aprendido na casa é compartilhado com os pais, que vão aprendendo as técnicas agrícolas com os filhos durante os experimentos na propriedade, dentro de um movimento que é dialético.

Quanto ao processo da reaplicação dos conhecimentos dos egressos nas propriedades, podemos dizer que esta seria a concretização maior vislumbrada pelo Sindicato e pela Colônia dos Pescadores, a partir da essência do projeto, para que pudessem empreender e estimular novas dinâmicas nas comunidades, a fim de promover o seu desenvolvimento. Para isso, os jovens teriam que retornar para as propriedades rurais com suas famílias, o que tem sido o grande desafio, pois este movimento não vem acontecendo na sua totalidade, pois, alguns, após o processo formativo, fixam residência na cidade para continuar os estudos no Ensino Médio, uma vez que a CFR só oferta até a 8ª série do Ensino Fundamental.

Segundo os pais, quando são solicitados para realizarem alguma orientação técnica nas propriedades ou comunidades estão sempre dispostos; outros, nos finais de semana, sempre retornam para as famílias e assumem o papel de verificar as plantações. Há outros que optaram em

continuar na cidade para atuarem em outras atividades de trabalho, como mototaxista ou emprego no comércio. Há também egressos, em torno de oito, que estão estudando em escolas técnicas, como a de Castanhal, e um da Comunidade de Jorocazinho, que foi cursar o Ensino Médio em uma Casa Familiar Rural no Estado do Piauí.

A justificativa principal dada pelos pais, pelas lideranças sindicais e pela direção da CFR sobre o não retorno para as propriedades está aliada à necessidade de os jovens continuarem seus estudos, o que, por um lado, é extremamente positivo, uma vez que a CFR desperta nos jovens esse interesse pela educação. Entretanto, por outro lado, como a escola formal trabalha sobre outra lógica, pois já não permite este movimento da alternância, muitos vão perdendo o contato com a propriedade e o gosto pela atividade agrícola, como destacou um dos pais entrevistados.

Nas comunidades da área da estrada, foco de análise dos 21 alunos que se formaram no período de 2001 a 2004, cerca de 70% dos egressos permanecem em suas propriedades com as famílias e vêm implementando as práticas agrícolas com base na orientação das técnicas aperfeiçoadas durante o processo formativo na CFR de Cametá. Na opinião, deles ou dos pais, isso contribuiu para que tenham uma produção maior e com mais qualidade nos períodos de safra. Durante as observações nas propriedades, os pais fizeram questão de destacar que, com o ingresso de seus filhos na CFR e com os seus estudos, a realidade da propriedade mudou bastante, pois implementam novas culturas nos pimentais e nas roças, de forma organizada, com espaçamento adequado, obedecendo ao tempo de plantar cada uma, utilizando o tipo apropriado de adubação, com a quantidade certa de adubo para cada pé de planta, aguardando o tempo certo para a colheita etc.

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que alguns egressos realizam com os pais a contabilidade de toda a produção da safra, a fim de identificarem o custo-benefício dos investimentos de cada uma das atividades plantadas. Segundo a Sr<sup>a</sup> Maria Clara, mãe de um egresso entrevistado, antes não havia esta preocupação, com isso não sabiam se tinham lucro ou prejuízo. Ou seja, percebemos que os conhecimentos adquiridos pelos jovens estão sendo significativos para estes e também para as suas famílias, pois, conforme destacaram, está havendo um aumento da produção agrícola, com incorporação de novas culturas nas propriedades. Ou seja, pelos depoimentos nas entrevistas, há uma nova dinâmica na produção e nas relações sociais nas propriedades e comunidades.

Embora a produção das propriedades tenha melhorado, o crescimento da renda não foi proporcional, o que parece contraditório. Mas, por conta da falta de uma política agrícola do município e de abertura de mercados para comercialização em maior escala, comercializam a produção nas feiras da cidade ou vendem para atravessadores a baixo custo. Também a falta de abertura de ramais e a manutenção dos já existentes, para facilitar o escoamento da produção, e a falta de energia, que impossibilita o armazenamento das frutas, ocasionam prejuízos para os agricultores, que se veem obrigados a reduzir o plantio e os investimentos.

O desenvolvimento para estas comunidades não depende apenas da qualificação e da capacidade de produção; outras políticas são necessárias para darem suporte ao sistema produtivo. A questão do transporte, conforme a atual situação dos ramais, foi uma das dificuldades levantadas pelos egressos como cruciais para frear a produção: “não adianta produzir muito, temos dificuldade para transportar e vender”; “tem produção de fruta que desperdiça”, destacou um dos egressos entrevistados, o que desestimula todo um trabalho planejado.

Um dos pais entrevistados destacou que talvez um dos motivos de o jovem migrar para a cidade sejam as condições estruturais de trabalho na agricultura, que ainda são muito pesadas. Enfatizou que atualmente existe muita tecnologia que pode ser utilizada para o trabalho da agricultura familiar, mas infelizmente eles ainda não têm acesso: “os jovens de agora não querem mais se submeter ao trabalho forçado, como fizemos no passado”, finalizou.

Outra dificuldade destacada pelos egressos e reforçada pelos pais para implementarem novas práticas econômicas nas propriedades foi a falta de recurso, a falta de crédito para a agricultura familiar. Para que a maioria das atividades seja viabilizada, há a necessidade de aporte financeiro.

Enfatizaram que muitos experimentos que gostariam de desenvolver dentro das orientações técnicas, como a criação de frangos, de suínos e as hortas comunitárias, Sistema Agroflorestral (SAFs), não os fazem por falta de estruturas. Ficou entendido, então, que o sistema de produção, com a utilização das técnicas que adquiriram na CFR, é mais estimulante e mais rentável para os trabalhadores. No entanto falta capacidade financeira para as famílias desenvolverem esses projetos.

Essas famílias residem em comunidades bastante simples, mas, durante as visitas para as entrevistas, pode-se perceber a diferenciação que há na estrutura financeira dessas famílias; pois veem-se residências bem estruturadas, com uma propriedade produtiva maior, que possuem motor para gerar energia elétrica, com casa de farinha no quintal, televisor em casa. Geralmente essas pessoas são as que possuem uma área de terra maior e estão há mais tempo no lugar. Nessas famílias, os egressos conseguem desempenhar mais experimentos e vivem em condições de vida melhor. São as contradições sociais que se refletem também no campo.

Como já destacado, a CFR de Cametá foi resultado de uma articulação das duas principais forças sindicais do município, o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16, que visavam ter um sistema educativo que formasse os jovens para contribuir nas propriedades rurais a partir de suas realidades sociais. Pelo que pudemos perceber, a ação destes dois sindicatos se deu de forma mais incisiva até o processo de implantação da casa, inclusive com a doação do terreno para a construção da casa pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Atualmente a participação dessas entidades na casa se restringe aos eventos e a algumas reuniões, como convidados, o que evidencia que ambas não tinham uma estratégia definida com o projeto educativo, pensado e implantado por força de suas organizações, para que ao final do processo formativo os jovens fossem incorporados em uma ação mais eficaz nas propriedades e comunidades. Talvez seja esta a justificativa para que cada egresso tenha seu trabalho voltado para suas famílias. Segundo os pais, segundo a direção da CFR e a coordenadora da APACC, até o momento não existe nenhum trabalho específico de acompanhamento com estes sujeitos para que tenham uma visão sobre a eficácia deste projeto.

Compreendemos que o movimento social tem outra dinâmica organizativa, mas é importante que tenham seus planejamentos para que possam apontar novos rumos e tenham estratégias definidas para saberem como utilizar os resultados obtidos com os projetos investidos. O que se evidencia é que, ao final do processo formativo, a CFR está se tornando uma escola formal, o que promoveu a escolarização dos jovens. De agora em diante cada um procura seu caminho.

Como já apresentamos, a área da estrada nas três primeiras turmas teve 21 jovens formados na CFR. No período em que estávamos fazendo a coleta de dados, formou-se uma turma e saíram mais quatro. Ainda há

uma turma que iniciou no ano de 2007. Ou seja, pela representatividade de egressos que tivemos contato, pudemos avaliar a capacidade de ação que possuem nas atividades da agricultura familiar, pelos conhecimentos adquiridos; podemos destacar que a formação que receberam somase ao capital humano já existente nesta área, capaz de contribuir na formulação de um plano de desenvolvimento local para as comunidades.

Evidentemente que esta não é apenas uma tarefa do movimento social do campo, como o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16, mesmo porque não são gestores das políticas públicas, são agentes mobilizadores. Neste sentido, junto com os governos podem construir uma proposta de desenvolvimento local de forma endógena. Faço esta reflexão para destacar que a CFR é uma proposta viável de educação para os sujeitos do campo, por contribuir na formação e na otimização do capital social e humano.

Importante destacar é que esta experiência educativa é positivada pelos jovens e pais. Destacamos também os egressos do entorno da BR 422, que, em sua maioria, retornaram para as propriedades rurais com suas famílias, reaplicando os conhecimentos adquiridos, dentro de suas limitações e prioridades. No entanto, é necessário superar a atuação dos egressos apenas na família e socializar o aprendizado com toda a comunidade, principalmente porque são poucos jovens contemplados por turma, se considerarmos o universo de jovens no município.

Para que os egressos tenham uma ação mais eficaz no desenvolvimento das comunidades, faz-se necessário o STTR e a Colônia de Pescadores Z-16 repensarem a estratégia inicial de quando projetaram a CFR, para ser um instrumento importante de luta, não só de escolarização dos jovens, mas que venha contribuir na formação do capital humano das comunidades, fortalecendo a organização social para a construção de políticas públicas para o campo.

## REFERÊNCIAS

---

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude Rural: ampliando as oportunidades**. Disponível: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

ANDRÉ, Marly Eliza D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

- BADIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2007.
- BUARQUE, S. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**. IICA Recife, 1999.
- BOURDIN, Alain. **A questão Local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: D&PA, 2001.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- CALVÓ, Pedro Puig. Centros Familiares de Formação em Alternância. In: **Pedagogia da Alternância: alternância e desenvolvimento**. I Seminário Internacional da Pedagogia da Alternância. Salvador: [S. l.], 1999.
- COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, 19 (53). São Paulo, jan/abril, São Paulo: USP/IEA, 2005.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Trad. Luiz Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **Pedagogia da Alternância: formação em alternância e desenvolvimento sustentável**. II Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância. Brasília, 2002.